

CENSO 2010

Pesquisa do IBGE mostra que 19% dos lares da cidade têm rendimentos acima de cinco salários mínimos, o equivalente a quatro vezes a média nacional. O funcionalismo público, que concentra 22% dos ocupados, contribui muito para o índice

População de Brasília mantém alta renda

» DIEGO AMORIM

Os números do Censo 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), reforçam o estigma de que Brasília abriga uma população com rendimentos bem acima da média nacional. Em 19% dos 773.446 domicílios, a renda familiar ultrapassa cinco salários mínimos, ou seja, R\$ 2.725. O percentual é o maior entre as unidades da Federação e supera em quatro vezes a média do país. Em segundo lugar no ranking aparece o Rio de Janeiro, com 8,1% das famílias incluídas nessa faixa salarial. Em seguida, São Paulo, com 7,4%.

Domicílios brasilienses com renda maior do que um salário mínimo — reajustado em 1º de março deste ano para R\$ 545 — representam 59,9% do total. No Brasil, essa proporção não chega a 40%. A discrepância não surpreende e, segundo especialistas, tem uma explicação clara: a força do funcionalismo público. No Distrito Federal, 22% dos ocupados trabalham para o governo, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) mais recente realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Com salários robustos, a administração pública federal contribui e muito para firmar Brasília no patamar elevado em relação à renda familiar. Após duas décadas na iniciativa privada como professora de educação física, Márcia Negreiros, 37 anos, decidiu parar, estudar e encetar os concursos. Um ano depois, em dezembro de 2009, foi aprovada para o cargo de analista do Sena do Federal e viu a renda mais do que dobrar. Casada com um servidor do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ela faz parte do grupo que puxa para cima o rendimento familiar médio dos brasilienses.

A tal estabilidade e a situação financeira mais confortável mudaram a vida de Márcia. “Se existe sobra (de dinheiro), você fica mais tranquila. É claro que facilita”, diz ela, que arriscou a mudança quando passou a ter problemas nas cordas vocais. “Decidi que precisava de mais qualidade de vida”, conta a servidora, que viajará este mês para o exterior e até o fim do ano pretende ter o primeiro filho. As 12 horas de trabalho por dia — além das atividades extras aos sábados e domingos — se transformaram em uma jornada de 30 horas semanais.

Professor do Ibmec em Brasília, o economista Aquiles Rocha de Farias afirma que o serviço público movimenta a economia de maneira muito particular. O tão comentado elevado custo de vida da capital se explica, acrescenta ele, justamente pelos salários mais altos: “Se as pessoas ganham mais, elas pagam mais por produtos e serviços, o que aumenta a renda familiar média”. O estereótipo de que a cidade é a “Suíça brasileira” persistirá por um bom tempo, segundo o professor. “Se a pessoa consegue viver aqui, ótimo. Mas estamos pagando o preço disso. É só ver o exemplo do valor dos imóveis”, completa.

O serviço público responde por 53,6% da riqueza produzida no DF. É, disparado, o segmento com maior peso na economia local. O coordenador do curso de economia das Faculdades In-



PIB per capita anual do DF: o maior do país, quase o triplo da média nacional

Desemprego aumenta

Dos 1.202.000 ocupados em março, segundo o Dieese, 189 mil trabalhavam no serviço público. O desemprego saiu de 12,7%, em fevereiro, para 13,4%, no último mês pesquisado. Como 11 mil pessoas perderam o emprego no período, o número de desempregados saltou para 186 mil.

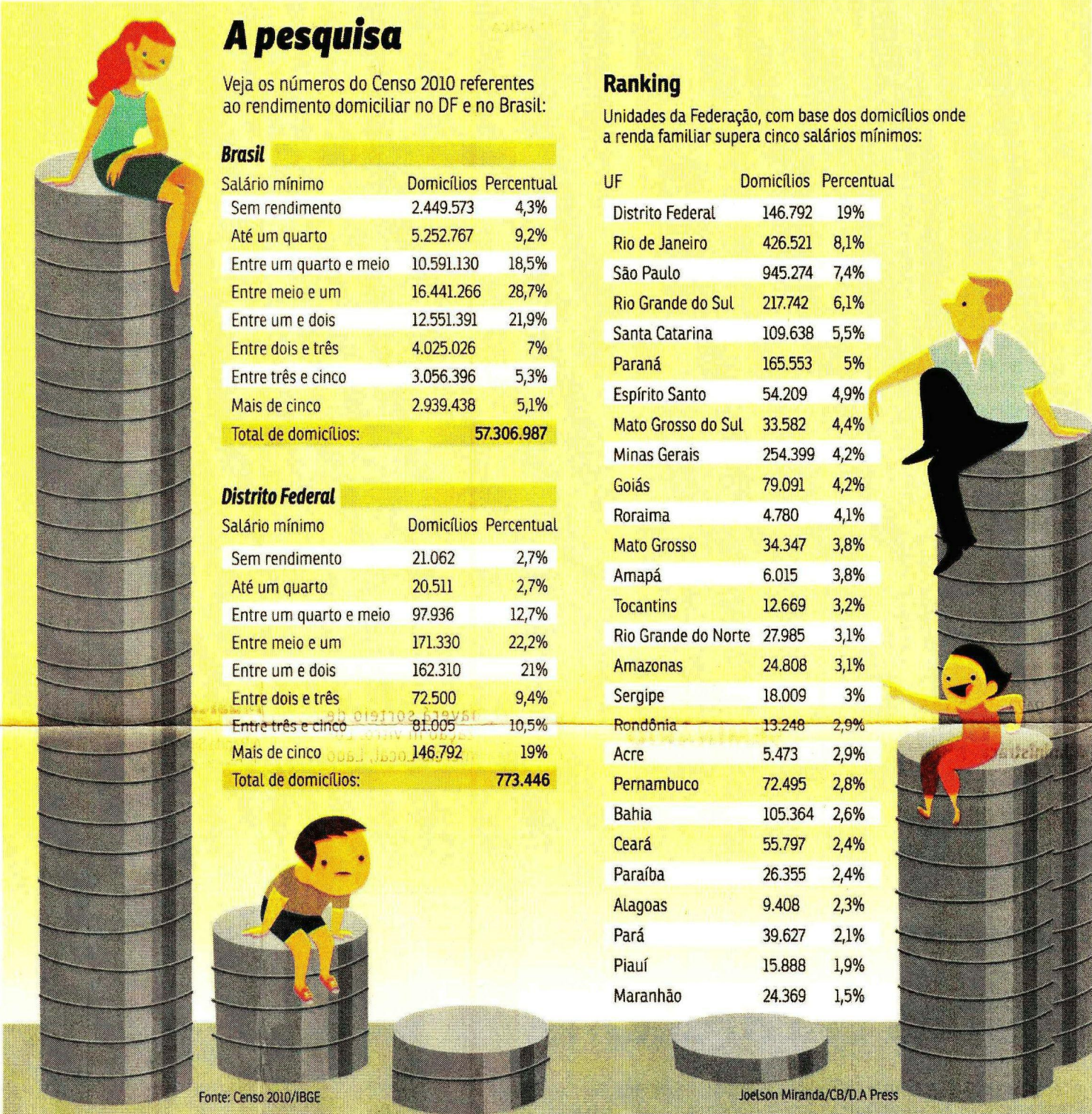
Freio na crise

Para técnicos da Companhia de Planejamento do DF (Codeplan), o serviço público segurou a economia do DF na crise econômica mundial que estourou em 2008. Eles foram os protagonistas do giro da renda e, sem eles, as consequências poderiam ter sido desastrosas.

tegradas da Upis, Bento Felix, lembra que os melhores salários são geralmente encontrados em cidades administrativas, como Brasília. “Em países mais desenvolvidos, porém, costuma haver uma maior igualdade social. Muita gente ainda vem a Brasília pensando que o dinheiro está aqui, que vai chegar e ficar rico, mas isso não coincide com a realidade, é uma ilusão”, pondera.

A maior parte dos domicílios do DF — 22,2% — possui renda familiar entre meio e um salário mínimo (ainda entre R\$ 272,5 e R\$ 545), de acordo com o Censo 2010. “Apesar de Brasília ter o maior percentual de famílias com renda acima de cinco salários, os dados oficiais mostram que também somos campeões na desigualdade social. Como a renda dos ricos é muito mais elevada, a distância dos pobres aumenta”, comenta o economista Tiago Oliveira. O percentual de domicílios sem rendimento no DF é de 2,7%, enquanto no Brasil chega a 4,3%.

Aquiles de Farias diz que, infelizmente, a desigualdade “está no DNA da economia brasileira”. Brasília não foge à regra. Ele avalia que os programas de transferência de renda e o aumento real do salário mínimo melhoram a vida dos menos favorecidos. No entanto, conclui, o esforço não tem sido suficiente para romper com a tese de que o rico fica cada vez mais rico e o pobre, cada vez mais pobre. “Quem tem mais dinheiro continua tendo mais oportunidade de negócio e mais facilidade de multiplicar o patrimônio”, diferencia.



Márcia Negreiros foi aprovada em concurso público e viu a renda dobrar



“Muita gente ainda vem a Brasília pensando que o dinheiro está aqui, que vai chegar e ficar rico, mas isso não coincide com a realidade, é uma ilusão”

Bento Felix, economista